

Ulysses avisa Sarney: acordo gorou

Negociações foram abandonadas para não provocar racha no PMDB

O deputado Ulysses Guimarães comunicou ontem ao presidente José Sarney, durante café da manhã no Palácio da Alvorada, que não há a menor possibilidade de acordo prévio em torno do regime de governo e do mandato presidencial, devendo as duas questões ser decididas mesmo pelo voto em plenário. Pesou nesta conclusão do deputado paulista, sobretudo, a forte reação que encontrou dentro do PMDB contra suas tentativas de entendimento, com o chamado grupo histórico tendo ameaçado claramente abandonar o partido em caso de aprovação do mandato de cinco anos para Sarney.

Em resposta a Ulysses, o Presidente da República disse estar preocupado com o resultado da votação sobre o sistema de governo, ressaltando que a aprovação do parlamentarismo ou do presidencialismo por maioria pouco substancial não será benéfica ao processo de transição democrática. Mas afirmou que acatará a decisão dos constituintes sobre o sistema e sobre seu mandato, seja ela qual for. Diante da constatação de que é impossível o acordo, Ulysses pretende desvincular a apreciação pelo plenário da Constituinte do sistema de governo (no capítulo II) e do mandato dos futuros Presidentes da República (no capítulo III), dando um intervalo maior entre as duas questões.

HISTÓRICOS

Mesmo depois do aparente fracasso do esforço de Ulysses em viabilizar um acordo consagrando o parlamentarismo e os cinco anos para Sarney, os peemedebistas autênticos continuam se articulando para abandonar o PMDB na hipótese de rejeição da emenda instituindo eleições diretas este ano. O deputado Antônio Perosa (SP) informou ontem que o grupo Covas reúne-se nos próximos dias para discutir concretamente a criação de um novo partido. "Se derrubarem as eleições, a culpa será do PMDB majoritário e não compactuaremos com isto", advertiu o parlamentar.

O próprio senador Mário Covas, embora não assuma claramente a ideia de sair do PMDB, admitiu ontem que a possível aprovação dos cinco anos de governo para Sarney causaria um "profundo desgaste" do seu partido junto à opinião pública, "que deseja ardentemente eleições presidenciais este ano". Ele jurou, contudo, que esta hipótese não se transformará em realidade. "Os quatro-anistas são maioria", garantiu.

Para o senador José Richa as divisões internas do PMDB, atualmente amortecidas, podem vir a explodir na hipótese de aprovação do mandato desejado por Sarney. "Neste caso, o

partido estaria indo frontalmente contra as aspirações da sociedade", acredita o senador.

Os deputados Pimenta da Veiga e Sigmaringa Seixas também admitem que a rejeição das diretas já afastaria ainda mais os autênticos do partido. Seixas acha que o PMDB, especialmente na posição de legenda majoritária, não pode deixar de refletir o pensamento da sociedade. Pimenta prefere só falar em cima do fato concreto porque não crê na aprovação do mandato de cinco anos, mas revelou que "tem muita gente pensando nisto" (em sair para uma nova legenda) se tal hipótese vier a se confirmar.

Na opinião do deputado Cardoso Alves, do Centrão, as ameaças dos históricos não ameaçam de "jogo de cena". Com quatro ou com cinco anos, com parlamentarismo ou presidencialismo, ele está convencido de que ninguém sai do PMDB. "Veja o caso do MUP (Movimento de Unidade Progressista), que ameaçou tanto fundar uma nova legenda e continua quietinho no PMDB", lembrou.

REGIME

Na questão do regime de governo, os principais líderes parlamentaristas confirmaram ontem a disposição de só negociar fórmulas alternativas no caso de se configurar o chamado buraco negro — no qual, aliás, não acreditam. De acordo com o senador José Richa, com base em levantamento recente, há 293 constituintes comprometidos em votar a favor da emenda Egídio Ferreira Lima.

A previsão feita pelo deputado Ulysses Guimarães ao presidente Sarney, de que não haverá acordo prévio, é confirmada também ao lado dos presidencialistas, que não querem negociar porque se consideram igualmente vitoriosos. Deste otimismo compartilharia o próprio Presidente da República, segundo informou ontem um parlamentar peemedebista de fácil acesso ao Palácio do Planalto.

A posição do presidente da Constituinte, portanto, é agora de expectativa em relação à votação pelo plenário. Ele só volta a tentar um entendimento caso apareça o buraco negro — hipótese na qual já apostam destacadas autoridades partidárias.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte diz continuar defendendo o mandato de cinco anos, para os futuros e para o atual Presidente da República, e o sistema presidencialista. Diante disso os parlamentaristas do PMDB levarão a Ulysses, hoje, um documento com 163 assinaturas, pedindo que, em respeito à vontade da maioria do partido, passe a assumir a defesa do parlamentarismo.

Só um blefe, diz Planalto

Um importante assessor do presidente José Sarney classificou de "blefe" a postura que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, em relação à negociação. A fonte explicou que "Ulysses Guimarães está blefando porque após participar de um encontro com o Presidente — um café da manhã — para o qual não levou nenhuma proposta de entendimento, sai dando entrevista dizendo que o Presidente está irredutível e imper-

meável a qualquer acordo".

Segundo este assessor — com acesso pleno a Sarney — o Presidente não poderia sob qualquer hipótese negociar nada em troca de seu mandato pois assim fazendo estaria barganhando em troca de mais um ano no governo. E isto ele não faria. A posição desta fonte revela uma irritação do Palácio do Planalto com as declarações do deputado Ulysses Guimarães.

Governo não negocia mandato

"O presidente José Sarney mantém inalterável sua posição a favor dos cinco anos para o seu mandato e pelo sistema presidencialista de governo. Não há qualquer negociação em curso envolvendo esses temas, nem qualquer dos auxiliares do Presidente está autorizado a negociá-los". A declaração é do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ao negar que tivesse havido qualquer negociação entre Sarney e o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, no café da manhã, ontem, no Palácio da Alvorada.

Costa Couto garantiu que não há negociação em torno desses temas mas disse que o governo vem fazendo política, utilizando uma estratégia no sentido de fazer com que prevaleçam seus pontos de vista na Constituinte. Ele ressaltou, entretanto, que "tudo está sendo feito dentro do que é legítimo, sem fisiologismo, obedecendo os padrões éticos". O ministro disse que "hoje, não está prevista qualquer negociação", mas não negou que no futuro isso possa ocorrer. "Como vou saber o que acontecerá amanhã?", indagou Costa Couto.

Sobre o café da manhã com Sarney e Ulysses Guimarães, Costa Couto afir-

me que "foi um encontro extremamente amável, cordial e produtivo, no qual eles conversaram durante 45 minutos sobre as alternativas que estão em exame na Assembleia Nacional Constituinte". Acrescentou, contudo, que "o objetivo do encontro não era negociar nada, nem era conclusivo".

O ministro garantiu que "a administração do país não está vinculada à questão do mandato presidencial, ou ao sistema de governo" e que Sarney está dedicado à tarefa de governar o país. Como exemplo disse que o governo não vem adiando os aumentos dos combustíveis, ou as medidas relacionadas ao déficit público, medidas antipáticas, mas necessárias. "O Presidente não está adiando as medidas que tem de tomar para melhorar o quadro", afirmou.

Costa Couto confirmou a realização de uma nova reunião ministerial, ontem, na hora do almoço, para uma nova avaliação das posições dos constituintes. Sobre isto, no entanto, negou-se a falar limitando-se a dizer que "foi uma reunião interna de governo e realmente não posso informar sobre o que discutimos. Adianto, apenas que, evidentemente, o tema foi político".

JULIO ALCANTARA



Sarney com Costa Couto e Antônio Carlos: lançando um novo programa, sem negociar o "acordão"

Militar prevê impasse com quatro anos

"Se a Constituinte aprovar quatro anos para o mandato do presidente José Sarney, estará criado, com certeza, um impasse institucional muito sério, com consequências imprevisíveis". Foi o que disse, ontem, um ministro militar do governo que participou de um jantar de trabalho — na segunda-feira —, juntamente com todos os outros ministros militares, exceto o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Paulo Roberto Camarinho, que se encontra em viagem ao Chile, e o próprio Presidente.

O ministro de Sarney com os ministros militares teve como objetivo avaliar o quadro político, mais especificamente os dois temas que vêm polarizando o debate da Assembleia Nacional Constituinte: mandato e sistema de governo. Além da conclusão expressa pela fonte, sobre o mandato, os ministros militares rejeitam por unanimidade o sistema parlamentarista, da forma como está sendo negociado.

"O parlamentarismo que a Constituinte está tentando negociar é inaceitável, não traduz em nada um sistema de gabinete. É inaceitável porque o dispositivo que prevê a dissolução do Congresso Nacional é inaplicável, na prática, e não estabelece a implantação do voto distrital". Explicou a fonte militar. Segundo ela, na verdade o que os constituintes estão querendo aprovar é um "assemblismo" que tornaria o País "ingovernável".

O ministro militar disse ainda que não há possibilidade política para a implantação do sistema parlamentarista, menos ainda sem o voto distrital, mecanismo que entende funcionar os partidos, manter a coesão partidária e, também, evitar a rapagem de votos. Ele afirmou que após a discussão deste tema, ontem no Alvorada, o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, antes simpático do sistema de gabinete, mudou de opinião. Os militares entendem que se os constituintes quiserem o parlamentarismo, que apresentem uma fórmula séria, já testada inspirada nos modelos de países que já adotaram esse sistema.

Quanto à rejeição militar ao encurtamento do mandato do presidente José Sarney, o oficial disse que não houve alteração de posição e a comunidade militar continua entendendo que uma eleição presidencial este ano em nada serviria para melhorar os problemas que o País vem enfrentando. "Pelo contrário, certamente serviria para agravar o quadro político e econômico o que nos levaria a um impasse institucional com consequências imprevisíveis", concluiu o militar.

Participaram do jantar com o Presidente os seguintes ministros militares: Leonidas Pires Gonçalves, do Exército; Henrique Saboia, da Marinha; Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica; Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações; Rubem Bayma Denys, do Gabinete Militar.

ACM descarta troca do quinto ano por gabinete

"O governo Sarney não troca nada", afirmou ontem o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, visando desmentir as informações de que o Presidente estaria disposto a trocar os cinco anos de mandato pela aprovação do sistema parlamentarista de governo, já que os próprios ministros militares, de acordo com declarações do ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, não fazem questão da manutenção do presidencialismo, desde que as eleições para Presidente da República fiquem para o próximo ano.

O ministro Antônio Car-

los lembrou que a posição do Governo é clara: presidencialismo com cinco anos, mas admitiu uma possível conciliação. Embora reconheça que em questão de princípio é mais difícil, acha que "não é coisa que não se possa negociar, e se fazer um regime que funcione", argumentou.

— O bom é que o País encontra um caminho para funcionar cada vez melhor e o presidente Sarney uma rota importante para realizar nos dois anos de Governo que ainda terá — afirmou.

Antônio Carlos Magalhães não acredita que do

impasse vá sair o sistema parlamentarista, porque será desenvolvida uma intensa negociação. Para ele, é mais fácil aprovar o sistema presidencialista com o Congresso forte.

Ao fazer uma avaliação dos três anos do governo Sarney, o Ministro disse que a "história fará justiça ao presidente Sarney que enfrentou neste País, os piores anos de sua vida econômica, e soube vencer dentro do regime democrático, o que é mais importante. O Presidente vai, nos dois anos que terá de Governo, consertar a parte econômica, e aprontar as realizações sociais", disse.

Programa social dá novo ânimo

O presidente José Sarney lançou ontem o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, mas uma vez dando ênfase à prioridade por obras de cunho social no seu governo. O Presidente se disse muito alegre por estar iniciando um projeto que começará beneficiando diretamente 215 municípios brasileiros com programas de ações comunitárias básicas nas áreas da saúde, educação, saneamento, lazer, transportes, produção e agropecuária.

Sarney falou do que considera o "terrível proble-

ma" da dívida social que se apresenta mais urgente que as dívidas interna e externa do sistema financeiro, no seu entender. Para o Presidente, "no futuro se há de falar de que corresponde a esse período a grande virada na organização das comunidades".

A Secretaria Especial de Apoio Comunitário da Presidência da República (Seac) sorteou os municípios que, de acordo com critérios técnicos, serão beneficiados na primeira fase do programa. Neles serão construídos centros comu-

nitários para execução de projetos básicos reivindicados pelos seus próprios habitantes. Nessas áreas, a Seac informou que existem comunidades predominantemente voltadas à agricultura com produção de arroz, milho, feijão e outros gêneros. Aí o governo dará suporte para as melhorias.

As regiões com mais cidades relacionadas são o Nordeste (75), e Sul (66). A Seac informou ainda que o programa custará 1,5 bilhão aos cofres públicos, beneficiando inicialmente 86 mil pessoas.

Para Waldir, mandato menor é prioritário

Salvador — O governador da Bahia, Waldir Pires, disse ontem que os constituintes que defendem o parlamentarismo e um mandato de quatro anos para o presidente Sarney devem considerar prioritária a realização de eleições presidenciais este ano, caso tenham que abrir mão de uma dessas posições para chegar a um acordo na votação dessas duas questões.

— A Nação vive um instante muito grave e precisa restaurar suas esperanças

no futuro, a partir do estabelecimento de um governo que nasça na legitimidade e da vontade popular — afirmou o governador, ao justificar sua posição.

Apesar disso, Pires mantém a expectativa de que tanto o parlamentarismo como a fixação de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney sejam aprovados pela Constituinte, com o disse ao reabrir ontem uma escola profissionalizante para sete mil alunos na capital.

EUGENIO NOVAES



Um telefonema urgente tirou Ulysses da Mesa

Ulysses acha ruim a opção do Presidente

O deputado Ulysses Guimarães declarou para alguns parlamentares, entre os quais o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), que presidencialismo com cinco anos, como quer o presidente Sarney, é um mal para o Brasil e para o seu partido, o PMDB, que entraria em um processo irreversível de divisão interna, perturbando a própria abertura democrática.

A imprensa do deputado José Geraldo Ribeiro, como de vários outros parlamentares peemedebistas, é de que Ulysses Guimarães decidiu se inclinar em favor da proposta parlamentarista, mas age com grande tato em relação à duração do mandato, consciente de que se trata de assunto explosivo, capaz de provocar traumas internos em seu partido.

O deputado José Geraldo Ribeiro afirma que a declaração do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, em favor do presidencialismo e de cinco anos de mandato para Sarney, não reflete a verdadeira posição do empresário. Ele disse que, em jantar, anteontem, na residência do Sr. Artur Sendas (Supermercados Sendas), no Rio, com a cúpula do empresário, colheu outra impressão: a tendência à pro-parlamentarismo, com cinco anos de mandato para o Presidente.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, praticamente concluiu sondagem junto aos constituintes apurando preferência majoritária pelo presidencialismo e o mandato de cinco anos. Segundo os resultados do levantamento procedido, o presidencialismo tem 282 votos, o parlamentarismo 234, um monarquista (Cunha Bueno, do PDS paulista), uma abstenção (deputado Jorge Arbage) e 30 indecisos.

Milton Reis pretende conversar hoje com o presidente Sarney para que ambos possam fazer uma análise conjunta da situação política.